

ABORDAGEM INSTITUCIONAL DO BANCO DE ALIMENTOS NA GARANTIA DO ABASTECIMENTO

Douglas Vianna Bahiense¹

Ricardo Rippel²

Laécio de Oliveira Pinheiro³

Resumo:

O abastecimento de alimentos abrange um extenso conjunto de atividades que ultrapassam a função de comercialização agrícola. O objetivo do artigo consiste em analisar uma nova percepção do abastecimento alimentar para a população brasileira a partir da pesquisa institucional do Banco de Alimentos. Dessa forma, elabora-se o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica mais contundente, mediante publicações discutidas, o entendimento conceitual do banco de alimentos correlacionado às contribuições nas centrais de abastecimentos (CEASAs) no quesito dos atendimentos realizados. A segunda etapa no procedimento metodológico é a análise quanti-qualitativa, que será exclusivamente discutido na seção “Relações dos Dados dos Bancos de Alimentos e o Programa de Orçamento Familiar (POF)”. Nas análises conceituais, ficou claro que os Bancos de Alimentos têm autonomia para promover ações públicas para melhor atender o público. No caso das CEASAs, apresenta-se como órgão público devidamente estratégico para visualizar simultaneamente com às condições de mercado e a disponibilidade de alimentos para a população das cidades. Identificou-se, também, o papel social do agricultor familiar, no qual às políticas indicaram mecanismos para facilitação do produtor rural no mercado ainda sob função solidária na distribuição de alimentos. Sobre as atividades institucionais exercidas nos Bancos de Alimentos da CEASA-DF e Municipal de Rio Branco – AC, os dados comprovam o importante auxílio dos seus serviços às instituições de caridade, famílias beneficiadas e agricultores familiares.

Palavras-chave: Banco de Alimentos; CEASAs; Programa de Orçamento Familiar; Agricultura Familiar

INSTITUTIONAL APPROACH OF THE FOOD BANK IN GUARANTEE OF SUPPLY

Abstract:

Food supply encompasses an extensive set of activities that go beyond the agricultural marketing function. The objective of the article consists to analyze a new perception of food supply for the Brazilian population based on institutional research by the Food Bank. This way, elaborate development of the most incisive bibliographic research, through discussed publications, the conceptual understanding of the food bank correlated to contributions in Supply Centrals (SCs) regarding the care provided. The second stage in the methodological procedure is the quantitative-qualitative analysis, which will be exclusively discussed in the section “Data Relations of Food Banks and the Family Budget Program (FBP)”. In the conceptual analyzes, it was clear that Food Banks have the autonomy to promote public actions to better serve the public. In case of SCs, show like a properly strategic public agency to simultaneously visualize market conditions and the availability of food for the population of cities. The social role of the family farmer was also identified, in which the policies indicated mechanisms to facilitate the rural producer in the market, still under a solidarity function in the distribution of food. About institutional activities carried out in the Food Banks of SC-DF and Municipal of Rio Branco - AC, the data proves the important help of its services to charities, beneficiary families and family farmers.

Key-words: Food bank; SCs; Family Budget Program; Family Farming.

¹ Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2011). Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) (2014). Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) (2025). E-mail: douglas.bahiense@yahoo.com.br.

² Graduado em Ciências Econômicas pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1985), Especialista em Teoria Econômica pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (1989), Mestre em Desenvolvimento Econômico também pela UFPR (1995), Doutor em Demografia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2005), e Pós Doutor em Demografia pela UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNIOESTE. E-mail: ricardorippel@yahoo.com.br.

³ Mestre em Economia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PGE/UNIOESTE) (2022). e Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (DECON/UFPI) (2020). E-mail: laeciopinheiro28@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O abastecimento de alimentos abrange um extenso conjunto de atividades que ultrapassam a comercialização agrícola. Ele começa a partir da organização produtiva na propriedade rural com as decisões tomadas sobre o tipo de produção, época de plantio, as variedades das culturas implantadas no campo e a localização atendida para o mercado. No decorrer das tarefas, prosseguem o fluxo da produção para fora dos limites da propriedade, atuando tanto na logística de transportes quanto nas informações comerciais e financeiras até atingir o mercado varejista. (Belik; Cunha, 2018).

Com base nessa percepção do abastecimento Cassol e Schneider (2015) identificaram melhor as funcionalidades das cadeias curtas de produção e comercialização de produtos agrícolas, tudo isso detalhando a distância percorrida da produção diretamente da propriedade aos destinatários finais dos alimentos. Na prática, esses aspectos comerciais acabam configurando suas redes alimentares alternativas, organizadas pelos produtores rurais, consumidores e outros atores sociais que são geralmente responsáveis na produção, manipulação no pós-colheita, distribuição e consumo das mercadorias agroalimentares. As principais funcionalidades por esse tipo de sistema engendram diferentes conexões com a clientela e compreendem diversas convenções, apoiadas no enraizamento social (*embeddedness*), e costumes alimentares locais e regionais por entre as quais novas trocas de comercialização são socialmente construídas.

No caso do sistema de abastecimento alimentar brasileiro, felizmente, não ocorreu indícios de uma escassez de oferta generalizada de alimentos, mas a relação entre os rendimentos e os preços elevados costumeiramente praticados estará propensa a um quadro de insegurança alimentar, principalmente da sua forma distributiva de comida/mercadoria. Pode-se determinar tendenciosamente à nova adaptação de hábitos alimentares, mas também os pelos alimentos minimamente processados. Essas razões, tornar-se-ão mais frequentes na mesa da população e que seus rendimentos são bons indicadores para melhor qualidade de Vida (Silva Filho; Gomes Júnior, 2020).

A importância do mercado alimentar foi reconhecida no plano institucional, que segundo Queiroz (2018), o Governo Federal instalou nas décadas de 1970 e 1980 as centrais de abastecimento alimentar, denominados popularmente como CEASAs. Essas Unidades, conforme o autor, dinamizam suas territorialidades principalmente no que tange à circulação de mercadorias agroalimentares. O levantamento mostra que o sistema brasileiro das CEASAs é agrupado por 41 organizações gestoras e por 72 entrepostos distribuídos em 22 Federações.

A localização dos centros de distribuição de abastecimento brasileiras foi originalmente decidida a partir pela grande demanda dos consumidores, tendo as funções de compor a disponibilidade de hortifrutigranjeiros de ordem local e regional, bem como integrar um mix diversificado para garantir sua venda e a custos mínimos. Na seção destinada ao produtor rural, por sua vez, teria como finalidade a reunião da produção local e expedição para outros setores. No entanto, o insucesso da coordenação da organização fez com que os entrepostos aprimorassem suas autonomias operacionais próprias, modificando seus planos originais de instalação e se separando de suas atribuições principais (Cunha; Belik, 2012).

Naquele contexto, o Governo Militar Brasileiro buscou administrar simultaneamente a oferta de alimentos e a exportação agropecuária em ascendente, onde deu continuidade na manutenção dos preços do mercado interno. Isso foi capaz graças à existência da estrutura agrária, cujos modelos de produção eram distintos, especialmente ao pequeno produtor rural, que comercializava seus produtos alimentares. O aumento da agroexportação em conjunto com

o esgotamento das fontes de riquezas do setor tradicional fez alterar as relações entre o mercado interno e o externo, no sentido de promover em unidade os novos relacionamentos socioeconômicos. Na medida em que modificavam os cenários de produção agrícola, o Governo foi remodelando suas bases econômicas, procurando interagir um novo equilíbrio entre exportação e importação, fato este que aumenta o risco nos preços do mercado doméstico (Sorj, 2008).

No momento, em várias dessas unidades das CEASAs, sobretudo a partir da década de 1990, implantaram-se programas direcionados para não somente evitar o desperdício de alimentos, como também alocá-los, que dantes eram sumariamente descartados, para uma parte do público mais carente financeiramente, que está enfrentando dificuldades de prover a própria alimentação (Pinheiro Júnior; Vicente; Gomes, 2016).

A partir disso, tem-se a nova dinâmica distributiva de alimentos sem fins lucrativos. Embora que a instituição governamental, como a CEASA, apresenta o papel institucional de comercialização agrícola pode desempenhar um importante mediador na identificação de problemas sociais no que tange ao abastecimento.

Por isso, o objetivo do artigo consiste em analisar uma nova percepção do abastecimento alimentar para a população brasileira a partir da pesquisa institucional do Banco de Alimentos com os mecanismos utilizados.

Justifica-se essa proposição de explorar com mais profundidade os principais fundamentos, conforme o desenvolvimento da pesquisa metodológica a seguir, que sintetizam o envolvimento do Banco de Alimentos como relevante instrumento operacional no atendimento às famílias. Dito isso poderá abranger demais organizações e atores sociais que auxiliam no atendimento institucional.

De modo a alcançar o objetivo da pesquisa, a metodologia se desenvolveu a partir da pesquisa bibliográfica onde se discutiu a situação do abastecimento de alimentos e um debate sobre a segurança alimentar, bem como as políticas alimentares adotadas.

2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN) NO BRASIL

No ponto de vista global, Dias e Santana (2021) contextualizaram a atuação institucional do Programa Mundial de Alimentos (PMA), fundado na década de 1960 no período da Guerra Fria. Essa organização propõe mecanismos estratégicos de doação de alimentos para melhor atender as demandas emergenciais ocasionadas pela falta de alimentos. Isto foi impulsionado pela política de assistência alimentar norte-americana com base dos dados de excedente da produção agrícola. Apesar das crises alimentares recorrentes, os autores reconhecem o caráter do PMA nas melhorias do assistencialismo alimentar e humanitário. Em contrapartida, há um crescente movimento para que o modelo de gerenciamento alimentar considere as contestações e reformas requeridas para dar continuidade do seu trabalho social além de abrir espaço para os novos contribuintes.

O debate da segurança alimentar e nutricional tem se tornado uma discussão importante para a política econômica do país. Desde muito, cedo o Estado vem se preocupando com a segurança alimentar e Nutricional, a partir da década de 1990, o poder público tem buscado através das políticas de desenvolvimento, garantir o acesso aos alimentos para a população, minimizar os efeitos da desnutrição alimentar, determinar iniciativas que asseguram a qualidade, transporte, e, principalmente, do desenvolvimento local concentrado na agricultura familiar (Corona; Pereira, 2013).

Assim, segurança alimentar significa o pleno acesso à população em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável. Assim, o combate à fome foi incorporado pelo Estado como uma política pública para conduzir a minimização do problema. A partir disso, o Estado elabora o mapa da fome, considerando a renda da população. No mapeamento, todo o país apresentava uma condição de fome em algum grau, umas regiões mais que as outras. A população cuja renda é limitada para ter o acesso permanente aos alimentos estavam concentradas nos centros urbanos; nas regiões metropolitanas, e mais notadamente na região Nordeste na área rural. Na conclusão, observou-se que o problema da fome no Brasil não estava diretamente relacionado a disponibilidade de alimentos, mas no desencontro geográfico que existe entre o ambiente em que os alimentos são produzidos e na localização das famílias mais necessitadas (Peláez, 1993).

Este fato abrange na promoção do direito ao acesso a alimentos de qualidade sem prejudicar outros atributos. Pressupõe-se que sua conquista resulte a convergência de políticas e programas intersetoriais em condições para facilitar, na concepção individual e coletiva, o acesso à refeição alimentar, requerendo um vasto movimento de descentralização, territorialização e gestão social (Vasconcellos; Moura, 2018).

Neste sentido, o governo desenvolveu um importante papel para melhorar a qualidade nutricional da população por meio das políticas públicas. Estabeleceu-se então o Programa Fome Zero que, envolvia ações específicas de combate à fome em regiões que mais sofriam com o problema, incluindo comunidades específicas como os indígenas e os quilombolas e a ampliação da merenda escolar (Takagi, 2010).

Com isso, houve avanços na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que por meio da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional foi elaborado o projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Takagi, 2010). Assim, o Estado reconheceu a importância da assistência social de garantia alimentar para a população, como exemplo: a regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e demais ações para implantação de suas políticas. Neste sentido, a PNSAN assegurava à população a segurança alimentar como direito humano (Brasil, 2010).

No envolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para o abastecimento comercial, Pereira e Recine (2018) afirmam que a agricultura familiar e o sistema de produção agroecológico estão pautadas tanto no poder executivo federal quanto nos conselhos técnicos. Porém, os autores criticam de que não há uma política definida de suprimentos alimentares que ordenem suas diretrizes, como mencionado no Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros (PLANHORT) no seu artigo. Os autores alegam que o Plano não apresenta soluções primárias em discutir ações ambientais nos modelos de abastecimento e nem aborda a valorização da produção agroecológica e sua transição.

A SAN no Brasil, está associada de forma mais próxima às condições de vida da população como: a escolaridade, saúde, renda per capita dos cidadãos, ocupação no mercado de trabalho, atuação em programas sociais e a rede social que as famílias integram. (Almeida Filho; Azevedo, 2019; IBGE, 2021). Além disso, à fome está relacionada aos fatores socioculturais, em algumas regiões ela está mais presente e em outras, existe uma parcela mínima que tem alguma privação ao acesso permanente aos alimentos (Castro, 1984).

Esses fatores são delimitados por aspectos regionais e locais, como a produção, preço, demanda dos alimentos, segurança jurídica na estrutura política, preservação étnica e racial, serviços de saúde e educação, trabalho, renda e estabilidade do emprego, comportamento alimentar, saneamento básico, vigilância sanitária, assistência social, entre outros. (Almeida Filho; Azevedo, 2019).

Além da criação de restaurantes populares e da distribuição de cestas básicas para famílias carentes, o governo expande sua política de assistência alimentar criando o Brasil carinhoso. Este programa ampliava o número de vagas em creches, fazia a distribuição de alimentos, vitamina A e medicamentos para crianças com problemas respiratórios e em 2014 o Brasil deixa o mapa mundial da fome, ficando apenas com o limite de 5% do indicador de prevalência de subalimentação criado pela FAO (Giambiagi, 2016; Takagi, 2010).

A redução do desperdício de alimentos proporcionou debate científico nas diversas instituições de pesquisa de referência, como no caso a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Pesquisas desenvolvidas relacionadas à fitossanidade, manipulação de frutas e hortaliças, práticas de pós-colheita, transporte de produtos e aproveitamento de resíduos são algumas abordagens discutidas pelos cientistas da Instituição. Em vista, se nos tempos passados ainda realizam pesquisas aplicadas na produtividade do rural brasileiro, estudos característicos ao abastecimento e à SAN começam a ser reconhecidos científicamente na agenda da pesquisa agropecuária (Grisa; Fornazier, 2018).

3. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica busca identificar as principais publicações reconhecidas pela comunidade científica no tema mais discutido no momento, simultaneamente avaliar as principais orientações da pesquisa. Parte do pressuposto de, ao iniciar-se uma nova busca das publicações, tudo o que está sendo debatido e reconhecido entre os pares nessa linha de pesquisa tem como obrigação mapeá-las para a construção do conhecimento (Treinta *et al*, 2014).

Dessa forma, elabora-se o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica mais contundente, mediante publicações discutidas, o entendimento conceitual do banco de alimentos correlacionado às contribuições nas centrais de abastecimentos no quesito dos atendimentos realizados e a contribuição da agricultura familiar para o prosseguimento operacional. Além disso, a discussão da segurança alimentar e suas políticas públicas que auxiliaram no cumprimento da assistência para as famílias brasileiras que se encontravam com fome.

A segunda etapa no procedimento metodológico é a análise quanti-qualitativa que conforme Souza e Kerbauy (2017) apresentam as complementariedades diferenciais na composição desta pesquisa científica. A primeira, tem como a base principal dos estudos a exploração de dados estatísticos para dar margem à sua para explicação dos dados e a segunda, qualitativa, reforça com as argumentações desenvolvidas a partir das realidades sociais.

Esse método será exclusivamente discutido na seção Relações Quanti-Qualitativas dos Dados dos Bancos de Alimentos e o Programa de Orçamento Familiar (POF). A base de dados será composta pelo IBGE (2021) através da POF e escolheram-se na seleção dos Bancos de Alimentos⁴ à CEASA-DF e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Rio Branco – AC, que gentilmente concederam os respectivos dados documentados nas planilhas do *excel* e pelos relatórios arquivados em *pdf* para interpretação da pesquisa.

Nisto, as principais categorias para estudo quanti-qualitativo são a quantidade distribuída de alimentos, número de entidades e o público mensal atendidos, números cadastrados dos agricultores familiares além da sua respectiva quantidade produzida e fornecida, nível de segurança alimentar, consumo alimentar e gastos financeiros *per capita*.

⁴ Justifica-se à escolha das duas instituições devido aos aspectos estratégicos regionais na distribuição de alimentos e por conta de inúmeros contatos com os Bancos de Alimentos no Brasil foram essas que passaram informações fidedignas que permitiram a condução metodológica.

Este contexto se dá a relevada consideração do desenvolvimento operacional dos Bancos de Alimentos instalados estrategicamente nos órgãos públicos, a exemplo das CEASAs. Com os dados levantados, dará a reflexão de como o processo de distribuição de alimentos ajuda a dimensionalidade na alimentação das famílias tendo como o reforço argumentativo o POF para sintetizar a importância da alimentação à população, especialmente de baixa renda.

4. DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento geral elaborado na presente pesquisa corresponde os pontos principais das temáticas dos bancos de alimentos e a influência dessa política alimentar nas CEASAs e congêneres, que posteriormente apresentará suas contribuições.

4.1 Banco de Alimentos

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) extinto em 2019, deu a iniciativa de implementar políticas alimentares sustentadas na SAN sob âmbito Federal e na execução das atividades nos Estados e Municípios, cujo objetivo seria estimular a produção agrícola, a comercialização e a disponibilidade alimentar (Arruda et al., 2017).

Assim, as políticas implementadas pelos municípios que lograram sucesso foram: 1) o banco de alimentos (alimentos arrecadados nos setores atacadistas e varejistas); 2) as hortas escolares e comunitárias (localizados genuinamente em espaços urbanos nos bairros periféricos cuja produção de alimentos cultivados nesses locais são destinados para autoconsumo e para demais famílias carentes); 3) restaurantes populares (cuja finalidade é proporcionar à população uma refeição saudável à preços mais baratos). Essas ações políticas de segurança alimentar desenvolvidas, tornaram-se amplamente reconhecidas e indicadas por instituições em âmbito internacional, como a ONU e o Banco Mundial (Arruda et al., 2017).

Os bancos de alimentos foram estabelecidos para minimizar os efeitos da fome, através da recuperação dos alimentos que geralmente são desperdiçados na cadeia de comercialização. Esses locais selecionados recebem donativos de grãos, cereais, carnes, entre outros gêneros, provenientes de produtores e comerciantes locais, ou pertencem de um sistema abrangente, que por razões variadas, são impróprios para a venda, entretanto mantêm suas características nutricionais. (Guedes et al., 2018).

Chama-se atenção que o Programa Banco de Alimentos (PBA), mais conhecida das políticas alimentares, traz à tona a formação das redes de relações que não visa o mercado organizado. A proposta parte da premissa que esta política aborda uma nova forma das de trocas mercantis, cujos alimentos (padrões) indesejados para o consumidor seriam descartados. Estas sobras são integralmente restauradas para o âmbito do consumo alimentar (Rangel, 2016).

Após a seleção dos alimentos, praticam-se as boas práticas de segurança, onde os procedimentos técnicos devem ser criteriosamente cumpridos a fim de assegurar a qualidade higiênico-sanitária de acordo com as normas legais. Isso configura um dos mais importantes instrumentos para o alcance satisfatório de segurança alimentar. Todas as fases operacionais dos bancos de alimentos são executadas pelo quadro profissional de manipuladores, que são devidamente treinados a dar continuidade do processo e exigido nas determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Código Sanitário dos Estados/Municípios onde as Unidades estão instalados (Ministério da Cidadania, 2020).

De acordo com a estruturação administrativa, o Brasil apresenta à sua própria rede conhecida como a Rede Brasileira de Banco de Alimentos (RBBA), cuja missão é promover um trabalho articulado entre às organizações públicas e privados no Brasil. Segundo

informações levantadas pela RBBA em 2019, catalogaram-se 168 Bancos de Alimentos com a redistribuição de 50,9 mil toneladas de alimentos, garantindo a segurança alimentar para de 2 milhões de pessoas atendidas por 9.131 instituições de caridade. (Ministério da Cidadania, 2020).

Para além das questões burocráticas, impõe-se aos bancos de alimentos, principalmente aos locais públicos, a qualificação da sua gestão administrativa sob seguintes proporções, a saber: 1) suporte tecnológico à gestão; 2) melhoria da gestão de recursos humanos; 3) mínima manutenção do quadro técnico; 4) manutenção das estruturas físicas; e 5) definição de parâmetros de exigibilidade e de atendimento preferencial às instituições atendidas pelos bancos de alimentos (Machado; Gentil, 2018).

Dado o entendimento que se tem pelo Banco de Alimentos que procura de uma melhor forma arrecadar, produzir e distribuir alimentos que estão fora dos padrões desejados pelo consumidor final, Tenuta e Teixeira (2017) enfatizam que:

[...] Percebeu-se uma inversão do sentido primordial da existência de estruturas de recepção, manipulação, processamento e distribuição de alimentos excluídos do mercado, visando a reintrodução na cadeia alimentar, pela incorporação de um programa de compra de alimentos. Os equipamentos vêm trabalhando quase que exclusivamente com captação de alimentos não oriundos das perdas e desperdícios de alimentos, dedicando cada vez mais sua capacidade operacional para compra de alimentos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Tenuta; Teixeira, 2017, p.59)

A partir disso, Tenuta e Teixeira (2017) reconhecem, por meio da problematização do grande volume de desperdícios de alimentos no Brasil, que o Banco de Alimentos se apresenta como uma ferramenta política de SAN e merece um tratamento diferenciado por parte do Governo Federal. Seu arranjo estrutural precisa ser estimulado em suas discussões e a sua função primordial potencializada e não em uma falta de harmonia com outra política pública para agricultura familiar do Brasil, no caso do PAA.

De acordo com Garcia *et al.* (2021), os resultados científicos indicaram a baixa institucionalidade da referida política ao poder público, além da insuficiência, falta de manutenção operacional e alta rotatividade dos recursos humanos. Sobre às entidades beneficiadas, outros estudos analisados sinalizaram que, apesar da ampla variedade de ações executadas, a relação entre o Banco de Alimentos e Instituições de Caridade se concentra, principalmente, na doação de alimentos.

Os autores apontam ainda que a inadequação das estruturas físicas destinadas aos Bancos de Alimentos e a necessidade de mudanças na infraestrutura o recebimento dos alimentos para logística e nos instrumentos foram classificadas como um dos maiores desafios para o cumprimento dos objetivos que, complementando com as práticas de manipulação de alimentos incorretas, chegaram a níveis insuficientes quanto às normas higiênico-sanitárias. Em relação a combinação com outros programas de SAN do Brasil, destaca-se a aproximação destes com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que leva a indispensável discussão das eventuais vantagens e/ou limitações da operação conjunta desses dois programas direcionados ao abastecimento dos produtos hortifrutigranjeiros.

4.2 A Importância dos atendimentos nos Bancos de Alimentos instalados nas CEASAs

Importantes planos institucionais desenvolvidos e administrados pelas CEASAs têm conexão direta com programas assistencialistas nas cidades-sedes do que as funções logísticas. Os programas consolidados de segurança alimentar nos centros atacadistas, influenciados por uma extensa gama de projetos que incluem bancos de alimentos, distribuição de mantimentos às famílias de baixa renda, fábricas de sopas, programas de educação alimentar e nutricional, auxiliam um grande número de instituições de caridade e minimizam a pressão social na região do entorno do comércio atacadista (CUNHA, 2006).

Segundo Salgado Neto (2019), pode-se afirmar que a instalação do banco de alimentos como estratégia de responsabilidade institucional, a exemplo da CEASA-CE, ocasiona solidariedade entre empresa *versus* sociedade, cujos resultados alteram o panorama social e ambiental no entorno da central de alimentos, minimizando os danos das atividades do sistema de comercialização de hortifrutigranjeiros.

Conforme Pinheiro Junior, Vicente e Gomes (2016), na maioria das vezes, as entidades chegam a compartilhar os alimentos entre si ou algumas delas transferem seus excedentes a uma parcela do público carente que transita nas centrais de abastecimento. Tomando como base a pesquisa referente ao Banco de Alimentos da CEASA-PR de Maringá, o trabalho institucional foi exitoso no tocante ao combate ao desperdício alimentar. Apenas no ano de 2012, o Programa preservou de 1.200 toneladas de alimentos condicionando o consumo alimentar. Os desperdícios poderiam ser ainda menores se existissem mais colaboradores aptos ao trabalho no Banco de Alimentos, responsáveis pela busca dos alimentos junto aos comerciantes.

Outro Banco de Alimentos em destaque, a CEAGESP, segundo Fagundes et al. (2014), possibilita a recepção de gêneros alimentícios para doação a um público economicamente vulnerável e desenvolve qualificação de profissionais nas instituições parceiras. Também efetua orientação nutricional, traz oficinas para o público e indica receitas por meio de cartilhas, destacando a importância do aproveitamento integral dos alimentos. Durante o levantamento de 2003 a 2012, a quantidade de alimentos doados cresceu de 446,28 para 2.306,84 toneladas. De acordo com a safra 2012, os principais hortifrutigranjeiros doados para o Estabelecimento foram: maçã, mexerica, mamão, laranja, tomate, abobrinha, chuchu, alface, couve e repolho.

Dante das circunstâncias de como retratar a destinação de alimentos na Central de Abastecimento, há relatos que o produtor rural leva para a central de abastecimento produtos sob amadurecimento fisiológico tendo, ainda, condições de um tempo maior de prateleira para sua comercialização. Também, o produtor faz uma seleção mais detalhada separando os produtos que pode comercializar, assim como a retirada de alimentos considerados indesejados para o consumo *in natura* destinando-os para as indústrias de processamento, tanto para tratamento animal, como para produção de geleias ou para composto orgânico dependendo do grau de maturação ou do dano. (Philereno; Dalegrave, 2017).

No entanto, Philereno e Dalegrave (2017) constataram em sua pesquisa na CEASA Serra-RS, que apesar da pretensão de uma possível saída para a destinação das sobras e reaproveitamentos alimentares notou-se a falta de diálogo entre a administração da Unidade e os comerciantes. Por essa razão, faz faltar um procedimento de destinação mais eficaz, que apenas do usufruto do banco de alimentos não é o suficiente no aproveitamento das potencialidades desses recursos diminuindo as chances de os alimentos serem reaproveitados com qualidade.

As entidades socioassistenciais registradas nos bancos de alimentos têm atuação estratégica para auxiliar o processo da segurança alimentar e nutricional dos usuários atendidos, objetivando melhor acesso à uma alimentação regular, adequada e qualitativamente saudável.

Toda armazenagem operacional de hortifrutigranjeiros doados pelos bancos de alimentos influencia diretamente para qualidade nutricional do público beneficiado que recebe as refeições obtidas por essas doações. (Barros; Tenuta; Teixeira, 2022).

Para Sanches (2021), é importante entender que os procedimentos de captação de alimentos nesta Unidade devem ser respaldados com alinhamento ao planejamento estratégico. Além do mais, o autor endossa o uso marketing como uma melhor vitrine no negócio, ou seja, uma estratégia de atração de novos colaboradores fará com que o Banco amplie o fluxo de doações. O autor também considera que por maiores responsabilidades que o Banco de Alimentos possa deparar eventuais constrangimentos é necessário combater a desconfiança que os potenciais varejistas ou produtores possam ter sobre a imagem negativa com base às informações desconhecidas. Haja vista que estas limitações são possíveis de serem combatidas através das intervenções marketing institucional decorrentes do planejamento estratégico.

4.3 Contribuição da Agricultura Familiar na Operacionalidade do Banco de Alimentos

Como os Bancos de Alimentos integram o SISAN, eles passaram a captar nos últimos anos suas ofertas alimentares provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Inicialmente estas realizações se deveram à capacidade estrutural dessas Unidades amparados pelo Governo Federal tanto para receber quanto para fornecer sob a forma legal de doação os itens adquiridos da agricultura familiar (Belik; Cunha; Costa, 2012).

Denota-se, então, a efetivação de tal função especialmente quando ocupam como entreposto para recepção, armazenagem e distribuição de gêneros alimentícios originados das propriedades rurais familiares para atendimento assistencial de entidades parceiras sob responsabilidade do Estado, ajudando, ainda mais, o abastecimento de alimentos frescos aos restaurantes populares e cozinhas comunitárias (Rangel, 2016).

Garcia e Recine (2014) argumentam que a inclusão da agricultura familiar no âmbito desenvolvimento rural seja nos mercados institucionais, dos restaurantes populares e unidades dos bancos de alimentos deverá percorrer no seu caminho muitos empecilhos⁵, mas que conseguirão ser superados com o amparo governamental. As autoras apontaram indícios que facilitem o trabalho de políticas públicas tais como: estruturação e organização produtivas dos agricultores familiares para atender os pedidos; articulação aos empresários atuantes na aquisição de equipamentos, acompanhado a uma política de inserção da agricultura familiar nas chamadas públicas; e de uma infraestrutura adequada para escoamento da produção familiar.

Nascimento (2020) complementa que modernizar, dinamizar o sistema de gestão e aprimorar as ações do Banco de Alimentos procura objetivar duas situações fundamentais, como a prioridade do produtor rural familiar no mercado e oportunidade para o sustento financeiro, dito estes associando com a necessidade de acesso à alimentos pelas famílias de baixa renda sob vulnerabilidade nutricional, sendo essas razões que justificou a intervenção deste projeto. Vale destacar que esta iniciativa social gera também outros benefícios para o âmbito municipal, como por exemplo, reconhecimento ao produtor rural familiar, geração de mercados populares e no avanço da qualidade nutricional dos alimentos aos consumidores.

No que tange à situação momentânea da pandemia da COVID-19 no envolvimento dos agricultores familiares na distribuição de alimentos, Valadares et al. (2020) identificaram no

⁵ No decorrer da pesquisa de Garcia e Recine (2014), observaram nas entrelinhas que a mudança do sistema de distribuição alimentícia deve alinhar-se com a proposição de minimizar os resíduos de agroquímicos, readequação da alimentação equilibrada com maior incentivo do consumo saudável de hortifruti e melhor organização logística para evitar o desperdício alimentar.

Quadro 1 quatorze ações emergenciais dos Estados Brasileiros sempre priorizando a destinação da produção agrícola para o público mais vulnerável, incluso no arcabouço institucional o banco de alimentos. Para tanto, os autores consideraram como parâmetro desta pesquisa a ampliação da demanda produtiva da agricultura familiar.

Quadro 1 – Ações Governamentais dos produtos familiares para distribuição dos alimentos.

Unidade da Federação	Iniciativa	Descrição
Amazonas	Programa de Regionalização da Merenda Escolar (Preme)	Propõe-se à aquisição de 50% da produção dos feirantes para doação a entidades sociais, abrigos e hospitais.
	Aquisição de alimentos com doação simultânea	Aquisição de 50% da produção das feiras de produtos regionais que estavam impedidas de funcionamento por causa das restrições de isolamento social para doação às instituições de caridade.
	Compra da piscicultura	Compra de 70 toneladas da piscicultura local para destinação no período da Semana Santa às instituições.
Ceará	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Manutenção gerencial do cadastramento dos fornecedores e organizações para distribuição dos alimentos em cooperação com as prefeituras municipais no atendimento tanto ao setor educacional público quanto para a assistência social no interior. Esta iniciativa do Governo Cearense prevê aquisição de alimentos em 1.100 agricultores familiares selecionados em 105 municípios cearenses, com orçamento final de R\$ 2 milhões do corrente ano.
Distrito Federal	Chamada Pública Papa/DF	Abertura de licitação da compra de alimentos advindos da agricultura familiar para entregar à população carente em situação de vulnerabilidade alimentar.
Maranhão	Aquisição de mel de produtores familiares para distribuição a famílias de programas sociais	Aprovação da compra pública por uma associação de apicultores familiares para o arranjo deste item nas cestas básicas.
Minas Gerais	Manutenção do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar e do PAA	Articulação dos atores institucionais para prefeituras mineiras decretarem continuidade na compra dos produtos da agricultura familiar.
Paraná	PNAE (estadual) – Compra de alimentos da agricultura familiar para estudantes da rede estadual	Continuidade da compra direta de alimentos da agricultura familiar fornecidos nas escolas públicas paranaenses.
	Programa Leite das Crianças	Manutenção desta política pública
Rio de Janeiro	Retomada do PAA estadual	Retomada das compras da agricultura familiar condicionando o aparelhamento operacional da CEASA/RJ.
	Manutenção do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	Intervenção estatal para manutenção dos contratos das cooperativas de agricultores familiares escolhidas, sob licitação, junto às escolas perante à paralisação das aulas.
Rondônia	Boas práticas para o funcionamento do PAA	Recomendações técnicas de boas práticas operacionais para produtores rurais familiares e demais atores sociais.
Santa Catarina	Compra de alimentos da agricultura familiar para estudantes da rede estadual	Compra prioritária deste segmento por meio de kits de alimentação escolar para destiná-los aos alunos da rede estadual de ensino.
São Paulo	PAA, PNAE e Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social	O Governo Paulista anunciou diversas medidas para a compra da produção agrícola atendendo à estudantes da rede pública, sistema prisional, hospitais e demais unidades educacionais vinculadas ao Estado. Além disso, concedeu-se auxílio-alimentação de R\$ 55,00 para os alunos da rede pública.

Fonte: Valadares *et al.* (2020).

As análises destacadas acima pelo Valadares (2020) asseveram o trabalho contínuo dos programas federais e estaduais durante as últimas duas décadas. Apesar de alguns deles sofrerem cortes orçamentários em determinadas gestões públicas recentes, se configuraram como importantes instrumentos de viabilização econômica e da preservação o abastecimento alimentar. Outrossim, elas permitem ao poder público cumprir institucionalmente o atendimento às demandas sociais visando, por um lado, manter a estabilidade econômica aos agricultores e, por outro, minorar os riscos de desabastecimento alimentar por conta das variações bruscas de preços dos alimentos no momento de crise.

4.4 Relações Quanti-Qualitativas dos Dados dos Bancos de Alimentos e o Programa de Orçamento Familiar (POF)

O primeiro Banco de Alimentos pesquisado de fato é pertencente à CEASA-Distrito Federal (CEASA-DF). Obteve-se, durante a coleta de dados, a caracterização dos alimentos recebidos e distribuídos decorridos em duas vias de trabalho, sendo o primeiro somente o PAA, levantados de 2016 a 2021, e em seguida pela integração intersetorial das políticas públicas sob vinculação ao Ministério da Cidadania, de 2018 a 2021.

Na primeira via, na Tabela 1, relaciona-se à elaboração dos dados mediante operação do PAA, que direcionam às interpretações em três frentes. A primeira, refere-se à quantidade distribuída de alimentos, onde nos anos de 2016 e 2019 a distribuição foi mais contundente acima de 400 toneladas de hortifrutigranjeiros, e que como ocorre em toda produção agrícola acontece uma diminuição drástica no seu desenvolvimento produtivo. A média de participação do PAA estimada do período (2016-2021) é de 306 toneladas.

A segunda frente, compreende o número de entidades cadastradas que se interessaram no trabalho social na distribuição de alimentos às famílias necessitadas. Nesse caso, optou-se a estimação de 2016 e 2017 em razão da inclusão posterior do PAA com outros setores operacionais. Diante das informações, cadastraram-se respectivamente 115 e 118 organizações. E, por último, o público atendido, teve uma média anual de 29.469 pessoas atendidas mensalmente no período.

Tabela 1 – Quantidade Distribuída de Alimentos, Número de Entidades Cadastradas e PÚblico Atendido de 2016 a 2021/Banco de Alimentos CEASA-DF.

Ano	Quantidade Distribuída de Alimentos (toneladas)	Número de Entidades Cadastradas	Público Mensal Atendido
2016	444	115	30.268
2017	162	118	28.669
2018	198	-	-
2019	485	-	-
2020	161	-	-
2021	386	-	-
Média do Período	306	-	29.469

Fonte: resultados da pesquisa cedidos pelo Banco de Alimentos da CEASA-DF.

A segunda importante via da pesquisa do Banco de Alimentos da CEASA-DF é a participação integrada de políticas públicas setoriais que contribuíram na arrecadação acelerada de hortifrutigranjeiros. Junto ao PAA, somaram-se aos respectivos serviços institucionais e civis, o PNAE, a CONAB, as Secretarias Estaduais, doações dos permissionários da CEASA e os demais voluntários.

Conforme análise da Tabela 2, acrescentaram-se 2 informações adicionais em comparação à Tabela 1, a contribuição dos agricultores familiares no número de cadastros e da produção fornecida por eles. Sendo assim, os resultados apontam uma grande diferenciação da quantidade de alimentos distribuídos às famílias por causa da campanha intersetorial de arrecadação, onde de 2018 a 2021, forneceram-se sob média anual de 1.154 toneladas de alimentos, distribuídos em até 161 instituições de caridade (atualizado em 2021) e sob atendimento mensal médio de 35.046 pessoas no período.

Em decorrência da pandemia COVID-19, em 2020, ocorreu o acréscimo de 6.352 pessoas considerando desde 2018, tendo significado alerta quanto às condições de renda e qualidade de vida das famílias brasilienses. No entanto, em 2021, o público mensal atendido voltou a diminuir mantendo os patamares dos atendimentos nos 2 anos iniciais.

Sobre a colaboração dos agricultores familiares no abastecimento da sua produção agrícola para o público mais carente, embora que ocorresse uma queda substancial de produtores cadastrados residentes em Brasília, apresenta seu respectivo esforço em ajudar para quem mais precisa demonstrando sua representatividade social presente. A média da quantidade de alimentos fornecidos do período (2018 a 2021) tem o valor aproximado de 17% da quantidade geral dos gêneros alimentícios distribuídos.

Tabela 2 – Quantidade Distribuída de Alimentos, Número de Entidades Cadastradas; Público Atendido; Número de Produtores e Quantidade Fornecida de Alimentos pelos Agricultores Familiares de 2018 a 2021/Banco de Alimentos CEASA-DF

Ano	Quantidade Distribuída de Alimentos (toneladas)	Número de Entidades Cadastradas	Público Mensal Atendido	Número de Agricultores Familiares que forneceram alimentos	Quantidade Produzida de Alimentos Fornecidos pelos Agricultores Familiares (toneladas)
2018	1.055	146	33.761	292	130
2019	1.014	140	33.574	191	350
2020	1.319	145	40.113	135	159
2021	1.230	161	32.734	99	160
Média do Período	1.154	-	35.046	-	200

Fonte: resultados da pesquisa cedidos pelo Banco de Alimentos da CEASA-DF.

Essas informações do Banco de Alimentos da CEASA-DF sustentarão a capacidade do consumo das famílias brasilienses e de como as políticas agroalimentares podem alentá-las. Conforme análises regionais da POF (IBGE, 2021) nos anos de 2017-2018, descritas no Quadro 4, descobriu-se diversas particularidades. Sobre o nível de segurança alimentar, deve-se prestar atenção na situação grave, cujo índice do Distrito Federal (5,0%) está acima do que está incidido na Região Centro-Oeste (4,7%) embora que é menor do que a média brasileira (5,4%).

No caso do consumo alimentar anual dos hortifrutigranjeiros (Tabela 3), à população brasileira de fato apresenta uma boa afinidade deste tipo de preferência principalmente na classe de hortaliças (21,4 Kg) e frutas (31,0 Kg), que essa ultrapassa as médias regional (27,4 Kg) e nacional (27,6 Kg). Com relação ao estrato de menor renda *per capita* mensal, no entanto, os valores porcentuais nesses três tipos – Cereais e Leguminosas; Hortaliças; e Frutas (4,5%; 3,8%; e 4,2%, respectivamente) – conferem cautela desses consumidores na compra efetiva desses alimentos dados às limitações da renda e atentos à própria segurança alimentar.

Tabela 3 – Relação Comparativa - Região Centro-Oeste Brasileiro/Distrito Federal/Brasil - de Segurança Alimentar: Consumo e Gastos médios *per capita* nos principais tipos de hortifrutigranjeiros conforme a POF (2017-2018).

Atributos	Região Centro-Oeste	Distrito Federal	Brasil
Com segurança alimentar (% - estimativa dos domicílios)	64,8	67,3	61,1
Insegurança Alimentar (% - estimativa dos domicílios)	Leve (%) Moderada (%) Grave (%)	23,2 7,3 4,7	21,2 6,6 5,0
Primeira Versão - Principais Tipos de Hortifrutigranjeiros (valor médio do consumo anual <i>per capita</i> em KG)	Cereais e Leguminosas Hortaliças Folhosas, Frutosas e Tuberossas Frutas	32,7 25,9 27,4	19,3 21,4 31,0
Segunda Versão - Principais Tipos de Hortifrutigranjeiros (Gasto porcentual de acordo com a renda mensal familiar <i>per capita</i> de R\$ 1.908,00)	Cereais e Leguminosas Hortaliças Folhosas, Frutosas e Tuberossas Frutas	5,2 3,5 3,2	4,5 3,8 4,2

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE (2021).

Outro caso de destaque na análise da política agroalimentar é o Banco de Alimentos Municipal da cidade de Rio Branco – AC, pertencente à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Rio Branco – SASDH, que porventura detém parceria com a própria CEASA-Acre (CEASA-AC).

Baseado nas informações desta Secretaria, ocorreu o mesmo critério utilizado na CEASA-DF, do trabalho de distribuição institucionalizado de alimentos via PAA. Conforme resultado verificado nesta pesquisa, no Quadro 5, a própria Unidade recebeu dos agricultores para distribuição no ano de 2019 cerca de 146 toneladas de gêneros alimentícios; e no ano de 2020, teve uma demanda maior, no valor de 211 toneladas recebidas para distribuição às famílias humildes.

No levantamento geral, ou seja, no envolvimento de diversas frentes institucionais, à Secretaria Municipal está cumprindo com as demandas públicas do Banco de Alimentos no abastecimento à população. Pelos resultados no Tabela 4, a média de gêneros alimentícios distribuídos às famílias pelo próprio Banco corresponde à 269 toneladas no período de 2019 a 2021, atendendo respectivamente a 82, 53 e 88 instituições de caridade. Entretanto, à Secretaria não tem a informação relativa ao número de pessoas atendidas.

Sobre a contribuição da agricultura familiar, no mesmo Quadro, o próprio órgão público levantou os cadastros dos agricultores desde 2015 para dar o suporte operacional e social no cumprimento das políticas. No prosseguimento desses anos, ocorreu sucessivas quedas dos cadastros até pelas eventuais dificuldades no processo de produção e fornecimento que os produtores rurais familiares estavam lidando. Mesmo que no ano de 2020, houve a retomada vertiginosa dos agricultores familiares interessados no ano seguinte, novamente, ocorreu a diminuição participativa. Uma observação plausível nesses resultados é que todos os agricultores cadastrados residem nas zonas rurais da capital acreana de Rio Branco.

Apesar das limitações ocorridas, os agricultores familiares tiveram o seu papel importante no seu abastecimento à população visto que as condições geográficas do Estado do Acre o favorecem no quesito da diversificação agrícola e pelo desenvolvimento sustentável ainda presentes. Como que foi mantido somente à Política do PAA, os dados da quantidade fornecida permaneceram. O diferencial mesmo é que a média anual (estimada) produzida pelos

agricultores é maior do que o do Distrito Federal, com valor representativo de 59,6%, em comparação com a quantidade total de alimentos distribuídos.

Tabela 4 – Quantidade Distribuída de Alimentos, Número de Entidades Cadastradas; Número de Produtores e Quantidade Fornecida de Alimentos pelos Agricultores Familiares de 2015 a 2021/ Banco de Alimentos Municipal da cidade de Rio Branco – AC.

Ano	Quantidade Distribuída de Alimentos (toneladas)	Número de Entidades Cadastradas	Número de Agricultores Familiares forneceram alimentos	Quantidade Distribuída de Alimentos Fornecidos pelos Agricultores Familiares (toneladas)
2015	-	-	164	-
2016	-	-	124	-
2017	-	-	91	-
2018	-	-	78	-
2019	304	82	10	146
2020	315	53	130	211
2021	189	88	97	124
Média do Período	269	-	-	160

Fonte: resultados da pesquisa cedidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Rio Branco – AC.

Em relação ao POF, os dados de 2017-2018, da Tabela 5, trazem diversas reflexões para que a política agroalimentar possa ser amplamente discutida na intenção de suprir as necessidades alimentares da população acreana. No quesito de segurança alimentar, assim como na Região Norte e no Brasil, o Estado do Acre apresenta índices abaixo do esperado dando margem às condições do abastecimento. A maior influência neste tipo de resultado no Estado foi o indicador da insegurança alimentar grave (12,4%), cujo valor está acima do que está incidido na Região Norte (10,2%) e mais acentuado ainda na média nacional (5,4%), o que precisa de uma política intervencionista para mudar o panorama nutricional da população local.

No consumo alimentar *per capita* mínima dos hortifrutigranjeiros (Quadro 6), o povo acreano, pelos dados de 2017-2018, tem consumido mais do que a média regional (26,6 Kg) e nacional (27,8 Kg); e pela classe de cereais (29,4 Kg) assim como a classe de hortaliças (14,6 Kg) superarem o consumo médio regional (11,6) ainda aquém da média nacional (23,4 Kg).

Pela classe da renda *per capita* mensal mínima, os valores porcentuais na compra de cereais, hortaliças e frutas – 5,0%; 2,2%; 2,2%, respectivamente – denotam uma certa discrepância na preferência dos consumidores mais pobres nos itens alimentares de primeira necessidade, no caso dos cereais (Tabela 5).

Diminuir o desperdício de alimentos é a alternativa mais conveniente de evitar perdas de recursos naturais. Ao efetivá-lo pela metade *per capita* mundial, em nível de varejo, é uma das metas referentes aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável sancionados pela Organização das Nações Unidas. Esta proposta procede em diminuir as perdas de alimentos em toda a cadeia de comercialização, aprofundando ainda mais o impedimento das perdas do pós-colheita, até 2030 (Santos *et al.*, 2020).

Além desses encadeamentos na relação de produção e consumo, as realizações das compras públicas da agricultura familiar auxiliam no combate ao desperdício alimentar à medida que valorizam pelos canais curtos de produção e comercialização. Ao priorizar especificamente o consumo local e a proximidade entre agricultores familiares e consumidores

diminuem a ação dos intermediários e as longas distâncias, os quais podem aumentar o risco das perdas de alimentos (Grisa; Fornazier, 2018).

Tabela 5 – Relação Comparativa - Região Norte Brasileiro/Estado do Acre/Brasil - de Segurança Alimentar: Consumo e Gastos médios *per capita* nos principais tipos de hortifrutigranjeiros conforme a POF (2017-2018).

Atributos	Região Norte	Estado do Acre	Média – Brasil
Com segurança alimentar (% - estimativa dos domicílios)	43,0	41,3	61,1
Insegurança Alimentar (% - estimativa dos domicílios)	Leve (%)	31,8	32,5
	Moderada (%)	15,0	13,8
	Grave (%)	10,2	12,4
Primeira Versão - Principais Tipos de Hortifrutigranjeiros (valor médio do consumo anual <i>per capita</i> anual em KG)	Cereais e Leguminosas	26,6	27,8
	Hortaliças Folhosas, Frutosas e Tuberossas	11,6	23,8
	Frutas	23,3	27,6
Segunda Versão - Principais Tipos de Hortifrutigranjeiros (Gasto porcentual - % - de acordo com a renda mensal familiar <i>per capita</i> de R\$ 1.908,00)	Cereais e Leguminosas	7,1	6,1
	Hortaliças Folhosas, Frutosas e Tuberossas	2,9	3,7
	Frutas	2,3	3,2

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados do IBGE (2021).

4.4.1 Discussões Gerais Atualizados sobre a Importância da Distribuição de Mantimentos Fornecidos pelo Banco de Alimentos

A idealização da segurança alimentar se assenta em três características diversas, a saber: quantidade, qualidade e regularidade. Considerando à validade da premissa de acesso de alimentos - diferente de disponibilidade, justifica-se esta razão específica que esses podem estar em oferta. Porém, as populações socialmente carentes podem não ter acesso à alimentação em virtude da renda insuficiente ou outros fatores (Rangel, 2016).

No início dos anos 2000, o tema da fome e da SAN no Brasil ganhou relevância pública quando foi instaurado o Programa Fome Zero. Esta Política teve como fatores destacados o direito humano à alimentação básica, a ineficácia da demanda distributiva de alimentos e a incompatibilidade dos preços dos alimentos à população economicamente pobre. Para mudar o cenário adverso no abastecimento alimentar, o próprio Estado assumiu a responsabilidade ao propor uma dinâmica de políticas estruturais que proporcionavam um aumento do poder aquisitivo da renda e a crescente oferta de alimentos básicos (Grisa; Fornazier, 2018).

O levantamento dos resultados quanti-qualitativos nos Bancos de Alimentos nas cidades de Brasília - DF e do Rio Branco – AC deram sustento no trabalho de Corona e Pereira (2013), no qual as políticas públicas atingiram um ponto central da discussão que é a produção de alimentos. Os autores valorizaram a devida articulação das Instituições na condução do trabalho das políticas públicas na conferência da qualidade dos alimentos e no atendimento ao público na entrega dos mantimentos. Além disso, às instituições consideraram o trabalho do agricultor familiar nas políticas de desenvolvimento rural como uma importante atividade local.

Graciano *et al.* (2018) menciona que a Política Pública (ou Alimentar ou Agroambiental) bem desenvolvida reduz as chances de insegurança alimentar grave além de erradicar a pobreza. Os pesquisadores também destacaram de que para terem melhores condições de se autoalimentarem, são imprescindíveis a intensidade dos estudos, condições ambientais favoráveis e uma renda satisfatória para sua independência.

Na pesquisa desenvolvida pelo Almeida *et al.* (2017) nos assentamentos rurais no Estado de Sergipe, indicaram à real necessidade de uma efetividade maior nas políticas de SAN visto que a maioria das famílias selecionadas neste estudo apresentaram alta prevalência de insegurança alimentar e nutricional, justificada pela baixa renda. Reparou-se que, segundo informações da pesquisa, o tipo de alimentação mais consumida pelos familiares corresponde de itens de necessidades mais básicas tais como cereais, farináceos, carnes e café. Outro fator identificado pelos autores, é que apesar da autonomia da propriedade, os assentados da reforma agrária ainda apresentam dificuldades quanto ao acesso aos serviços públicos ligados à educação, saúde e agricultura.

Galindo *et al.* (2021) chamam atenção a respeito na alimentação durante a decorrência da pandemia da COVID-19 que no trabalho recente ressalvaram à situação crítica nas Regiões Norte-Nordeste⁶ sobre insegurança alimentar⁷ e da diminuição drástica do consumo de frutas e hortaliças em todo o Brasil conforme entrevistas domiciliares. Um dos motivos mais plausíveis para a diminuição do consumo alimentar é o revés econômico que comprometeu a renda salarial proporcionando à limitação da compra de alimentos.

Uma reflexão no decorrer desta temática se dá pela importante consideração de Santos *et al.* (2020) na importância do acompanhamento das políticas públicas efetivas sempre melhorando o bem-estar comum tendo como o fator principal na discussão científica o combate ao desperdício de alimentos. Os autores endossam ao apoio primordial às produções locais dos agricultores em pequena escala; na descentralização tanto na distribuição quanto na obtenção de gêneros alimentícios; à produção sustentável; e mecanismos institucionais que asseguram uma alimentação digna e de qualidade para as famílias brasileiras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando os argumentos contextualizados para compreensão mais crítica do abastecimento de alimentos, principalmente no modelo institucional, facilita-se o desenvolvimento crítico da pesquisa. Com ela, abordam-se os principais fatos e dados dessas temáticas elencadas e com as metodologias desenvolvidas ao longo da pesquisa.

Nas análises conceituais, ficou claro que os Bancos de Alimentos têm autonomia para promover ações públicas para melhor atender o público, principalmente o mais humilde. Dentro das Unidades, costuma-se priorizar a seleção qualitativa de alimentos dando seu respectivo valor profissional. Pelo menos desde 2019, que a Política Alimentar Brasileira está numa fase de reestruturação administrativa para que os pontos críticos tangentes ao abastecimento sejam equiparados.

No caso das Centrais de Abastecimento (CEASAs), apresenta-se como órgão público devidamente estratégico para visualizar simultaneamente com às condições de mercado e a

⁶ Dados computados de insegurança alimentar grave observadas por Galindo *et al.* (2020): Região Norte, com 29,2%; e Região Nordeste, com 22,1%.

⁷ A respeito dos níveis de segurança alimentar, Galindo *et al.* (2020) fizeram os comparativos regionais nos domicílios apontando desigualdades latentes onde o eixo Centro-Sul Brasileiro apresenta índices de insegurança alimentar grave abaixo da média nacional, no caso estimado em 15,0%, diferentemente que foi analisado no Norte-Nordeste.

Cabe destacar também, por ser uma pesquisa recente, o trabalho de Galindo *et al.* (2020) dá a entender que elevou de modo geral a proporção de insegurança alimentar da região Norte e Centro-Oeste em comparação com as Tabelas 3 e 5 da própria pesquisa até como razão elementar a crise sanitária da COVID-19. No entanto, estes resultados acendem um alerta às autoridades competentes na busca de soluções emergenciais e definitivas nas políticas de abastecimento alimentar à população.

disponibilidade de alimentos para a população das cidades. A partir da oferta indesejada de alimentos das Centrais que o cenário ficou ideal na execução das políticas de SAN, onde a instauração institucional do Banco de Alimentos se coloca e exerce a sua autonomia de trabalho.

Nesta pesquisa, identificou-se, também, o papel social do agricultor familiar, no qual os responsáveis que regem às Políticas Públicas observaram muito bem. Nessa concepção de trabalho operacional, indicaram mecanismos para facilitação do produtor rural no mercado ainda sob função solidária na distribuição de alimentos atenuando o risco de desperdício.

Sobre as atividades institucionais exercidas nos Bancos de Alimentos da CEASA-DF e Municipal de Rio Branco – AC, os dados comprovam o importante auxílio dos seus serviços às instituições de caridade, famílias beneficiadas e agricultores familiares durante a década de 2010. No entanto, pelos dados da POF, o poder público deve propor medidas para facilitar ainda mais os processos de distribuição ou, em relação à *renda per capita*, a facilitação da compra de hortifrutigranjeiros para aumentar seu consumo qualitativo de cereais, hortaliças e frutas.

Para concluir, há pelo menos duas relações dicotômicas que precisarão ser discorridas nos debates científicos futuros da SAN: a atuação multidisciplinar e a ausência da uniformidade de informações dos Bancos de Alimentos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N.; AZEVEDO, L. L. T. e. Segurança alimentar e nutricional na América do Sul e BRICS: avanços e “nuvens” no horizonte. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 717-739, set./dez. 2019.

ALMEIDA, J. A.; SANTOS, A. S.; NASCIMENTO, M. A. de O.; OLIVEIRA, J. V. C.; SILVA, D. G. da; MENDES NETO, R. S. Fatores associados ao risco de insegurança alimentar e nutricional em famílias de assentamentos rurais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 2, p.479-488, 2017.

ARRUDA, T. P. de; CARDOZO, D. R.; ALMEIDA, L. M. de M. C; FERRANTE, V. L. S. B.; BERNARDES FILHO, R. Segurança alimentar no PDS Santa Helena. **Revista Política Agrícola**, Brasília, Ano XXVI, n. 2, p. 31-44, Abr./Maio/Jun. 2017.

BARROS, T.; TENUTA, N.; TEIXEIRA, R. A. Perfil Nutricional dos Alimentos Doados por Bancos de Alimentos Públicos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais Brasil, **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 22, p. 1-11, dez. 2022.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. de A. Equipamentos públicos de Abastecimento Alimentar no Brasil: trajetória e desafios. In: PEREZ-CASSARINO, J.; TRICHES, R. M.; BACCARIN, J. G.; TEO, C. R. P. A. (orgs.). **Abastecimento alimentar: redes alternativas e mercados institucionais**. Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018. p. 59-76.

BELIK, W.; CUNHA, A. R. A. de A.; COSTA, L. A. Crise dos alimentos e estratégias para a redução do desperdício no contexto de uma política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Belo Horizonte, n. 38, p. 107-132, jan./jun. 2012.

BRASIL. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece o parâmetro para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. **Lua Nova**, São Paulo, 95: 143-177, 2015.

CASTRO, J. **Geografia da fome:** O dilema brasileiro: pão ou aço. 10º ed. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984. Disponível em:
<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxnZW9ncmFmaWFkb2JhcmF0YXxneDoxYTg2NjKzZGFjNmEwZjI1>. Acesso em: 21 dez. de 2021.

CORONA, H. M. P.; PEREIRA, A. A. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: a comunidade da península da Ilha do Cavernoso no município de Candói/PR. **Cronos**, Natal, v. 14, n.2, p.108 - 128 jul./dez. 2013.

CUNHA, A. R. A. de A. Dimensões estratégicas e dilemas das Centrais de Abastecimento no Brasil. **Revista Política Agrícola**, Brasília, Ano XV, n. 4, p. 37-46, Abr./Maio/Jun. 2006.

CUNHA, A. R. A. de A.; BELIK, W. A produção agrícola e a atuação das Centrais de Abastecimento no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, vol.19, n. 1, p. 46-59, 2012.

DIAS, A.; SANTANA, J. Q. Sessenta anos do Programa Mundial de Alimentos: uma análise histórica da política de assistência alimentar internacional. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, vol. 10, n. 2, p. 129-150, 2021.

FAGUNDES, P. R. S.; MONDINI, L.; NACHILUK, K.; SILVA, R. de O. P. e; FIGUEIREDO, A. M. de O. Banco CEAGESP de Alimentos: captação e distribuição de alimentos. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 44, n. 4, p. 33-41, jul./ago. 2014.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; ARAÚJO, M. de; MOTTA, R.; PESSOA, M. MENDES, L. RENNÓ, L. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil.** Food for Justice Working Paper Series, n 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. 2021. 43 p.

GARCIA, G. S.; RECINE, E. Perspectivas do fornecimento de produtos da agricultura familiar para os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional no Distrito Federal. **Demetra**, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2, p. 411-429, 2014.

GARCIA, M. T.; SILVA, E. R. da; MUSTAPHA, R. D.; COELHO, D. E. P.; MAURELLI, G.; FERREIRA, R. A. B.; AMARAL, N. T. K. do; BÓGUS, C. M. Avaliação dos Bancos de Alimentos: uma revisão integrativa da literatura nacional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, p. 1-14, mar. 2022.

GIAMBIAGI, F. Rompendo com a ruptura: O governo Lula. In: VILLENA, A.; CASTRO, L. B. de; HERMANN, J.; GIAMBIAGI, F. (Org). **Economia Brasileira Contemporânea: 1945- 2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GRACIANO, M. C.; ABDALA, K. de O.; SANTOS, L. de L. ALMEIDA, L. M. de M. C. Efetividades do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás: uma análise da segurança alimentar e da preservação ambiental. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 137-153, jan./mar. 2018.

GRISA, C.; FORNAZIER, A. O desperdício de alimentos e as políticas públicas no Brasil: entre ações produtivistas e políticas alimentares. In: ZARO, M. (org.). **Desperdício de alimentos: velhos hábitos, novos desafios**. Caxias do Sul: EDUCS. 2018. p. 363-383.

GUEDES, M. J. de L.; VITAL, T. W.; MENELAU, A. S.; COSTA, J. M. Programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio em Pernambuco: uma abordagem sistêmica. **Demetra: alimentação, nutrição & saúde**. Vol. 13, n. 4, p. 1005-1022, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF**. 2021. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=resultados>. Acesso em: 10 ago. de 2021.

MACHADO, K. S. O.; GENTIL, P. C. Bancos de Alimentos: oportunidades e desafios. In: MELO, E. V. de (relator) **Perdas e desperdício de alimentos: estratégias para redução**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. p. 161-180.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos**. Brasília: Ministério da Cidadania. 2020. 72 p.

NASCIMENTO, R. do. Banco de Alimentos como promotor de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Foz do Iguaçu. **Revista Competitividade e Sustentabilidade**, v. 7, n. 2, Edição Especial, p. 306-320, 2020.

PELIANO, A. M. M. **O Mapa da Fome**: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Brasília: IPEA, 1993. Disponível em:
<https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/o-mapa-da-fome-vol1.pdf>. Acesso em: 14 jan. de 2022.

PEREIRA, D. S.; RECINE, E. As dimensões ambientais, sociais e de saúde das políticas e propostas de abastecimento alimentar no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, vol. 31, n. 5, p. 501-508, 2018.

PHILERENO, D. C.; DALEGRAVE, J. O desperdício de alimentos: um estudo de caso na CEASA SERRA-RS. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 1, p. 7-25, 2017.

PINHEIRO JÚNIOR, Z. S.; VICENTE, V. R. R. de; GOMES, S. de C. O Banco de Alimentos da CEASA de Maringá (PR) e sua Atuação na Promoção da Segurança Alimentar na Região Metropolitana de Maringá, **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 34, n. 3, p. 148-162, 2016.

QUEIROZ, T. A. N. de. As CEASAs no Contexto da Reestruturação do Território Brasileiro. **GeoTemas**, Pau dos Ferros, v. 8, n.2, p. 59-78, jul./set. 2018.

RANGEL, T. O Programa Banco de Alimentos como instrumento de concreção do direito humano à alimentação adequada. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 8, n. 2, p. 120-136, 2016.

SALGADO NETO, J. H.; SILVA, N. L.; MARINHO, L. F. de L.; SILVA, M. A. M. Ações de Responsabilidade Social Implementadas pelo Banco de Alimentos da CEASA-CE. **Revista de Administração da UNI7**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 145-174, jan./jun. 2019.

SANCHES, V. L. A contribuição dos Bancos de Alimentos na política de segurança alimentar no combate à fome: o caso do Banco de Alimentos do Instituto CEASA MINAS. **Revista Significativa**, Belo Horizonte, vol. 3, n. 3, p. 8-77, 2021.

SANTOS, K. L. dos; PANIZZON, J.; CENCI, M. M.; GRABOWSKI, G.; JAHNO, V. D. Perdas e desperdícios de alimentos: reflexões sobre o atual cenário brasileiro. **Brazilian Journal of Food Technology**, Campinas, vol. 23, p. 1-12, mar. 2020.

SILVA FILHO, O. J. da; GOMES JÚNIOR, N. N. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19, **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.36, n.5, 4 p., jan. 2020.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Eldstein de Pesquisas Sociais. 2008. 135 p.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017

TAKAGI, M. A Implantação Do Programa Fome Zero Do Governo Lula. In: ARANHA, A. V. (Org.) **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero. vol. 1, 2010. p. 54-73.

TENUTA, N.; TEIXEIRA, R. A. A eficácia dos Bancos de Alimentos de Minas Gerais no combate às perdas e desperdícios de alimentos. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, vol. 24, n. 1, p.53-61, 2017.

TREINTA, F. T.; FARIAS FILHO, J. R.; SANT'ANA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Produção**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 508-520, July/Sept. 2014.

VALADARES, A. A.; ALVES, F.; GALIZA, M.; SILVA, S. P. **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do covid-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais**. n. 69. Brasília: IPEA. 2020. 27 p. (Nota Técnica)



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237-6976
Volume 15, Número 2
Junho - Julho, 2025



página 186

VASCONCELLOS, A. B. P. da A.; MOURA, L. B. A. de. Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política pública nacional. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 34, n. 2, p. 1-13, 2018.

Recebido em: 15/04/2025

Aprovado em: 27/06/2025

